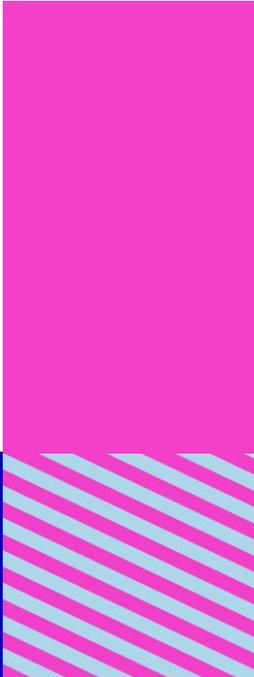




**Votener – Votorantim Comercializadora  
de Energia Ltda.**

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro  
de 2021 e relatório dos auditores  
independentes**





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Quotistas  
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

---

#### **Reorganização societária**

Chamamos a atenção para a Nota 25 (a) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia foi transferida pela sua controlada Votorantim Geração de Energia S.A. para VTRM Energia Participações S.A. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Partes relacionadas**

Chamamos a atenção para a Nota 7 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descrita. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões



Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022

PRICEWATERHOUSECOOPERS  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça  
Contador CRC 1SP196994/O-2



## Índice

### Demonstrações financeiras

Balço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração dos fluxos de caixa .....	9

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021.....	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	12
2.1	Declaração de conformidade .....	12
2.2	Base de apresentação .....	12
2.3	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras .....	12
2.4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
2.5	Reapresentação espontânea de saldos comparativos .....	13
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	14
3.1	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Empresa .....	14
3.2	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Empresa .....	14
4	Caixa e equivalentes de caixa .....	14
4.1	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	15
5	Contas a receber de clientes .....	15
6	Tributos a recuperar .....	17
7	Partes relacionadas .....	17
8	Contratos futuros de energia .....	19
9	Investimentos.....	19
10	Imobilizado .....	20
11	Intangível.....	22
12	Arrendamentos .....	22
13	Fornecedores.....	23
14	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos .....	23
15	Provisões .....	25
16	Incentivo de longo prazo .....	26
17	Patrimônio líquido.....	26
18	Receita .....	27
19	Custos e despesas.....	28
20	Resultado financeiro líquido .....	29
21	Instrumento financeiro e gestão de risco.....	29
21.1	Fatores de risco financeiro .....	29
21.2	Estimativa do valor justo .....	31
21.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade.....	32
21.4	Instrumentos financeiros por categoria .....	33
22	Benefícios de plano de pensão.....	34
23	Seguros .....	34
24	Compromissos de longo prazo .....	34
25	Eventos subsequentes.....	35

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.  
**Balço patrimonial**  
 Em milhares de reais

	Nota	2020			Nota	2020	
		2021	(Reapresentado)			2021	(Reapresentado)
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.035	67.362	Fornecedores	13	374.420	372.106
Contas a receber de clientes	5	379.198	396.925	Contratos futuros de energia	8	767.493	604.503
Tributos a recuperar	6	26.290	5.232	Salários e encargos sociais		12.835	15.188
Contratos futuros de energia	8	844.826	653.796	Incentivos de longo prazo	16	3.927	-
Outros ativos		2.602	606	Tributos a recolher		8.156	7.623
		<u>1.285.951</u>	<u>1.123.921</u>	Arrendamentos	12 (b)	377	1.401
				Outros passivos		9.487	8.467
						<u>1.176.695</u>	<u>1.009.288</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Provisões	15	1.904	1.313
Tributos a recuperar	6	815	430	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	11.124	6.805
Contratos futuros de energia	8	2.962.078	1.232.913	Arrendamentos	12 (b)	-	277
Outros ativos		5	-	Incentivos de longo prazo	16	15.223	12.915
		<u>2.962.898</u>	<u>1.233.343</u>	Contratos futuros de energia	8	2.992.417	1.224.311
				Outros passivos		1.730	867
						<u>3.022.398</u>	<u>1.246.488</u>
				<b>Total do passivo</b>		<u>4.199.093</u>	<u>2.255.777</u>
Investimentos	9	41.937	-	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	10	32.516	33.012	Capital social	17	164.383	104.383
Intangível	11	1.790	2.419	Reservas de lucros		4.232	34.089
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	12 (a)	391	1.554	Prejuízos acumulados		(42.225)	-
		<u>76.634</u>	<u>36.985</u>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>126.390</u>	<u>138.472</u>
		<u>3.039.532</u>	<u>1.270.328</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u>4.325.483</u>	<u>2.394.249</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>4.325.483</u>	<u>2.394.249</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2021	2020
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	18	3.971.902	3.548.005
Custo de compra de energia e dos serviços prestados	19	(3.924.747)	(3.537.946)
<b>Lucro bruto</b>		<b>47.155</b>	<b>10.059</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	19		
Gerais e administrativas		(97.853)	(87.877)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(10.252)	83.952
		(108.105)	(3.925)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<b>(60.950)</b>	<b>6.134</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial	9	(2.898)	(489)
		(2.898)	(489)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	20		
Receitas financeiras		10.849	9.844
Despesas financeiras		(19.690)	(18.235)
		(8.841)	(8.391)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(72.689)</b>	<b>(2.746)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	14 (a)		
Correntes		(4)	(370)
Diferidos		611	(20.335)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(72.082)</b>	<b>(23.451)</b>



**Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(72.082)	(23.451)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(72.082)</b>	<b>(23.451)</b>

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 Em milhares de reais

Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	De incentivos fiscais	Retenção	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		53.383	4.232	53.308		110.923
Aumento de capital social		51.000	-	-	-	51.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(23.451)	(23.451)
Absorção de prejuízo		-	-	(23.451)	23.451	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		104.383	4.232	29.857	-	138.472
Aumento de capital social	1.1.1 (a)	60.000	-	-	-	60.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(72.082)	(72.082)
Absorção de prejuízo	17	-	-	(29.857)	29.857	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		164.383	4.232	-	(42.225)	126.390

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.  
**Demonstração do fluxo de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(72.689)	(2.746)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Atualização monetária de provisões	15	95	38
Equivalência patrimonial	9	2.898	489
Depreciação e amortização	19	3.114	3.432
Ajuste a valor presente de arrendamentos	12 (b)	108	263
Provisão (reversão) de perda esperada de crédito	19	(1.998)	1.998
Contratos futuros de energia	8	10.901	(82.969)
Baixa de direito de uso sobre contratos de arrendamentos		18	
		<u>(57.553)</u>	<u>(79.495)</u>
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>			
Contas a receber de clientes	5	19.725	45.658
Tributos a recuperar	6	(21.443)	1.732
Partes relacionadas		-	27.122
Demais créditos e outros ativos		(2.001)	21.274
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>			
Fornecedores	13	2.314	(21.053)
Salários e encargos sociais		(2.353)	4.167
Tributos a recolher		(10.384)	79
Liquidação de Provisões	15 (a)	(113)	(8)
Adição de Provisões		609	-
Receita diferida - obrigação por performance		-	(31.782)
Demais obrigações e outros passivos		8.117	14.588
		<u>(63.082)</u>	<u>(17.718)</u>
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(63.082)</b>	<b>(17.718)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		10.913	(1.076)
		<u>(52.169)</u>	<u>(18.794)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de investimento	1.1.1 (b)	(39.905)	-
Aquisição de imobilizado	10	(844)	(1.074)
Baixa de arrendamento		(20)	
Aumento de capital social	1.1.1 (a)	60.000	51.000
		<u>19.231</u>	<u>49.926</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>		<b>19.231</b>	<b>49.926</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Liquidação arrendamentos	12 (b)	(1.389)	(1.400)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(1.389)</b>	<b>(1.400)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>(34.327)</u>	<u>29.732</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>67.362</b>	<b>37.630</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>33.035</b>	<b>67.362</b>

## 1 Considerações gerais

A Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa" ou "Votener"), com sede em São Paulo – SP, tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de intermediação de negócios e assessoria relacionados à comercialização de energia elétrica.

A Empresa é controlada direta da Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e indireta da Votorantim S.A. ("Controladora" ou "VSA").

As atividades da Votener são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021

#### 1.1.1 Principais eventos societários

##### (a) Aumento de capital

Em 08 de setembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital pela VGE, na Votener, no valor de R\$ 60.000, dos quais R\$ 34.000 foram integralizados na mesma data e R\$ 26.000 em 27 de outubro de 2021, via caixa, passando o capital social de R\$ 104.384 (representado por 10.438.442 quotas) para R\$ 164.384 (representado por 16.438.442 quotas).

##### (b) Aquisição de investimento

Em 29 de outubro de 2021, a empresa efetivou a aquisição de 50% de participação na empresa Way2 Serviços de Tecnologia S.A. ("Way2"), empresa que atua no setor elétrico brasileiro e é especializada em tecnologia em telemedicação e gestão da energia. O valor pago pela transação foi no montante de R\$ 39.905, via caixa, conforme detalhado abaixo:

	Way2
Patrimônio líquido na data de aquisição	14.888
Percentual adquirido	50,00%
<b>Investimento sobre o patrimônio líquido da Way2 (A)</b>	<b>7.444</b>
<b>Ágio de ativos e passivos identificadas no laudo de avaliação independente</b>	
Parcela alocada - Carteira de clientes (B)	14.499
	<b>14.499</b>
Parcela não alocada (Goodwill) - (C)	17.962
Alocação de IR/CSLL Diferido (Goodwill) (i) - (D)	4.930
	<b>22.892</b>
<b>Total de Ágio - (B + C + D)</b>	<b>37.391</b>
Valor pago na aquisição da Way2	39.905
<b>Valor pagamento aquisição - (A + B + C)</b>	<b>39.905</b>
<b>Investimento sobre a Way2 - (A + B + C + D)</b>	<b>44.835</b>
Equivalência do período	(2.700)
Amortização da parcela alocada	(198)
<b>Valor do investimento em 31/12/2021</b>	<b>41.937</b>

(i) Conforme determina o CPC 36, quando o valor contábil do ativo é aumentado ao seu valor justo, mas a base fiscal do ativo permanece ao custo para o proprietário anterior, surge uma diferença temporária tributável que resulta em passivo fiscal diferido. O passivo fiscal diferido resultante afeta o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill). O valor alocado como parcela de diferido sobre valor justo, se refere a 34% do Ágio – Parcela alocada.

## 1.1.2 Outros eventos

### (a) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Empresa informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da controladora VGE está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Empresa está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Empresa avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

#### (i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Empresa avaliou a posição do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Empresa e na avaliação da situação financeiras dos credores.

#### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Empresa avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

#### (iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Empresa avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

Por fim, até o presente momento, a Empresa não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19

### (b) Crise hídrica no Brasil

A Administração da Empresa tem acompanhado o tema envolvendo a crise hídrica vivida pelo Brasil atualmente e que tem impactado de forma significativa os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país trazendo, conseqüentemente, impactos nos preços de energia de mercado sentido pelos consumidores de energia. A Empresa avaliou o tema e até o momento não identificou nenhum efeito relevante que pudesse afetar os contratos que possui com suas contrapartes, nem qualquer obrigação presente como resultado do evento da crise hídrica, que justificasse o reconhecimento de provisões que pudessem ser necessárias para cobrir obrigações.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)), interpretações “IFRIC” e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, todas vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 07 de março de 2022.

### **2.2 Base de apresentação**

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real (“R\$”).

### **2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A Empresa revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período.

Esta mudança objetivou refletir a experiência adquirida pela Administração no processo de mensuração de valor justo de contratos futuros de energia e resultou em um impacto negativo de R\$ 55.376 na mensuração desses contratos, que foi reconhecido em junho de 2021 na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, conforme Nota 19.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

**Nota Estimativa e julgamentos significativos**

5	Contas a receber de clientes
8	Contratos futuros de energia
11	Intangível
14	Imposto de renda e contribuição social diferidos
15	Provisões

**2.5 Reapresentação espontânea de saldos comparativos**

Com o intuito de melhor apresentação das informações contábeis, os saldos comparativos do balanço patrimonial estão sendo reapresentados, de forma espontânea. A Empresa optou por apresentar os saldos ativos e passivos dos seus contratos de futuros de energia, onde estes estavam sendo apresentados de forma líquida no balanço patrimonial adicionalmente realizamos as reclassificações entre linhas no passivo circulante e não circulante, entre as linhas do grupo de despesas gerais e administrativas e entre as linhas de caixa líquido proveniente das atividades de operacionais e provenientes de investimentos, sem efeito no saldo final, com a finalidade de melhor apresentação das informações. Estas alterações não afetaram as demonstrações do resultado abrangente e demonstrações de mutações do patrimônio líquido.

O quadro abaixo demonstra as alterações efetuadas:

	2020		
	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Contratos futuros de energia	49.293	604.503	653.796
Não circulante			
Contratos futuros de energia	8.602	1.224.311	1.232.913
	<u>57.895</u>	<u>1.828.814</u>	<u>1.886.709</u>

	2020		
	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Arrendamentos	873	528	1.401
Contratos futuros de energia	-	604.503	604.503
Não circulante			
Arrendamentos	805	(528)	277
Contratos futuros de energia	-	1.224.311	1.224.311
Obrigações trabalhistas	13.782	(13.782)	-
Incentivos de longo prazo	-	12.915	12.915
Outros passivos	-	867	867
	<u>15.460</u>	<u>1.828.814</u>	<u>1.844.274</u>

	2020		
	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(17.432)	(1.362)	(18.794)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	48.564	1.362	49.926
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.400)	-	(1.400)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	<u>29.732</u>	<u>-</u>	<u>29.732</u>

	2020		
	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
<b>Demonstração do resultado</b>			
Despesas gerais e administrativas			
Depreciação e amortização	4.794	(1.362)	3.432
Outras despesas líquidas	2.161	1.362	3.523
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	<u>6.955</u>	<u>-</u>	<u>6.955</u>

### 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

#### 3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Empresa

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iii) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (iv) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”
- (v) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vi) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (vii) Reforma das IBORs (*Interbank Offered Rate*): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidenciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Empresa analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

#### 3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Empresa

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2022:

- (i) Revisão de pronunciamentos técnicos pelo comitê de pronunciamentos contábeis, nº 19/2021 com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado – vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. A entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Empresa analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

#### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 100,29% e 100,50% do CDI.

	2021	2020
Moeda nacional		
Caixa e bancos	205	189
Quotas de fundos de investimentos	31.275	67.173
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	1.555	-
	<u>33.035</u>	<u>67.362</u>

As quotas de fundo de investimento da empresa pertencem a um fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por operações compromissadas e títulos públicos.

	2021	2020
Quotas de fundos de investimento		
Operações compromissadas	19.124	20.171
Títulos públicos	12.151	47.002
	<u>31.275</u>	<u>67.173</u>

#### 4.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020	Rating local
Caixa e equivalentes de caixa			
AAA	32.991	24.478	
AA+	-	42.877	
AA	44	4	
AA-	-	3	
	<u>33.035</u>	<u>67.362</u>	

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das mesmas.

## 5 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Empresa. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas esperadas.

Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Empresa analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

**Clientes nacionais e partes relacionadas:** representados, por contas a receber negociados pela Empresa no ambiente de comercialização livre. Normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

**Créditos a receber com a CCEE:** decorrem do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas e custo apurados mensalmente por meio das exposições energéticas (diferença entre volume comprado e vendido), podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados entre 45 e 60 dias.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL.

No caso das vendas no mercado livre, após o vencimento, há a incidência de multa sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGP-M (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, incluindo também juros de mora.

**(a) Composição**

	2021	2020
Clientes nacionais	260.358	318.101
Créditos a receber com a CCEE	-	290
Partes relacionadas	118.840	80.532
	<u>379.198</u>	<u>398.923</u>
Perda de crédito esperada	-	(1.998)
	<u>379.198</u>	<u>396.925</u>

	2021	2020
A vencer	375.374	395.601
Vencidos até 3 meses	1.616	612
Vencidos entre 3 a 6 meses	69	447
Vencidos acima de 6 meses	2.139	2.263
	<u>379.198</u>	<u>398.923</u>

**(b) Qualidade dos créditos de contas a receber a vencer**

	2021	2020
Risco médio	-	290
Risco baixo	375.374	395.311
	<u>375.374</u>	<u>395.601</u>

Os valores citados acima referem-se a itens de clientes nacionais e partes relacionadas, não vencidos e não provisionados em perdas esperadas.

A qualidade dos riscos de crédito é definida conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Empresa.

**Risco médio** - clientes onde não é possível fazer uma avaliação de crédito satisfatória, porém com alto vínculo regulatório e liquidação ao mercado de curto prazo (CCEE).

**Risco baixo** - clientes com uma avaliação de crédito satisfatória dentro dos limites definidos pela política aprovada pela Administração da Empresa.

## 6 Tributos a recuperar

	2021	2020
PIS e COFINS a recuperar (i)	15.520	4.687
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	10.619	527
ICMS a recuperar	815	430
Outros	151	18
	<u>27.105</u>	<u>5.662</u>
Circulante	26.290	5.232
Não circulante	815	430
	<u>27.105</u>	<u>5.662</u>

- (i) O saldo refere-se substancialmente ao êxito da Votener, em ação judicial que reconheceu a inexigibilidade de inclusão de ICMS na base de cálculo do tributo de PIS e COFINS sobre contratos de intermediação de energia no montante de R\$ 10.775.
- (ii) O saldo refere-se substancialmente, ao fato da Votener ter tido lucro tributável até o mês de julho de 2021, e conseqüentemente ter realizado o recolhimento de tais tributos de forma antecipada, conforme estimativas mensais.

## 7 Partes relacionadas

### Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Empresa em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Empresa. No curso normal das operações, a Empresa realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contas a receber de clientes (Nota 5)		Fornecedores (Nota 13)		Vendas (Nota 18)		Compras		Resultado financeiro (Nota 20)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Sociedade controladora</b>										
Votorantim S.A.	-	-	2.177	523	-	-	7.804	-	-	-
<b>Sociedades coligadas</b>										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	2.312	2.212	-	-	27.223	-	-	-	-	-
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	12.406	-	-	57.118	-	-
Campos Novos Energia S.A.	570	-	-	-	11.041	-	-	-	-	-
CBA Energia Participações S.A. (i)	5.032	2.670	4.944	2.112	52.538	4.325	72.509	-	-	-
CBA Itapissuma Ltda.	6	26	-	-	3.435	26	-	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	3.006	864	648	705	28.622	20.065	13.161	1.263	-	-
Citrovita Agroindustrial	-	-	-	-	-	4.243	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (ii)	46.743	35.316	29.288	38.272	643.139	372.038	323.960	595.468	692	7.552
Companhia Energética de São Paulo	-	-	8.562	7.486	-	17.503	73.442	53.888	-	-
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	-	949	-	-	-	9.320	-	-	-	-
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	-	594	-	-	-	5.487	-	-	-	-
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	-	629	-	-	-	6.690	-	-	-	-
Metalex Ltda.	149	83	-	-	1.520	-	-	-	-	-
Mineração Dardanelos Ltda.	25	-	-	-	10.288	-	-	-	-	-
Nexa Recursos Minerai S.A	17	706	-	-	224	14.340	-	-	-	-
Pollarix S.A. (iii)	5.215	1.763	1.684	1.723	65.512	19.281	29.146	-	-	-
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	16.304	5.373	12.456	1.503	59.896	36.661	33.912	16.986	-	-
Votorantim Cimentos S.A.	38.604	29.212	-	-	468.044	382.335	-	-	-	-
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	-	-	130	-	-	-	1.157	860	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	11	10	87	81	268	240	1.001	958	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	59	9	196	-	420	602	2.181	2.185	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	83	9	290	-	537	837	3.669	3.281	-	-
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	96	7	182	-	240	1.409	255	4.083	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	10	9	201	-	436	616	2.559	2.341	-	-
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	11	10	71	-	250	279	939	998	-	-
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	104	8	197	-	234	1.021	278	2.790	-	-
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	145	9	277	18	578	281	1.019	1.015	-	-
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	66	11	128	-	442	275	785	835	-	-
Saldos com partes relacionadas abaixo de R\$ 500 mil	272	53	526	998	3.283	1.561	3.599	3.055	-	-
	<b>118.840</b>	<b>80.532</b>	<b>62.044</b>	<b>53.421</b>	<b>1.390.576</b>	<b>899.435</b>	<b>571.377</b>	<b>747.124</b>	<b>692</b>	<b>7.552</b>

## 8 Contratos futuros de energia

### Política contábil

A Empresa realiza operações de comercialização, sendo essas transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que são celebrados, e reavaliados a valor justo na data do balanço, com contrapartida no resultado operacional.

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

As operações realizadas pela Empresa no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento dessas demonstrações financeiras, conforme mencionado na Nota 2.4.

No exercício de 2021, a realização do valor justo destas operações, decorrente de liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, resultou em uma perda de R\$ 24.175 (R\$ 10.668 de perda em 2020) e o efeito da marcação a mercado dos contratos de energia, resultou em ganho de R\$ 13.274 (ganho de R\$ 93.637 no exercício de 2020). Esses valores foram contabilizados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 19).

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Circulante	844.826	(767.493)	77.333	653.796	(604.503)	49.293
Não circulante	2.962.078	(2.992.417)	(30.339)	1.232.913	(1.224.311)	8.602
	<u>3.806.904</u>	<u>(3.759.910)</u>	<u>46.994</u>	<u>1.886.709</u>	<u>(1.828.814)</u>	<u>57.895</u>
					<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldo líquido inicial do exercício					57.895	(25.074)
Realização					(24.175)	(10.668)
Marcação a mercado dos contratos de energia (i)					13.274	93.637
Saldo líquido final do exercício					<u>46.994</u>	<u>57.895</u>

(i) Inclui o impacto negativo de R\$ 55.376 correspondente a mudança de premissa na mensuração de valor justo de contratos futuros de energia, conforme mencionado na nota 2.4.

## 9 Investimentos

### Política contábil

Os investimentos em entidades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a partir da data em que elas se tornam sua coligada, e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

### Impairment de investimentos (ágio)

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*.

#### (a) Composição

	Informações Em 31 de dezembro de 2021				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2021	2020	2021	2020
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligada								
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda. (i) e (ii)	9.488	(4.539)	50,00	50,00	(2.898)	-	19.045	-
Esplanada Geração de Energia Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	(489)	-	-
Ágio - Goodwill								
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	-	-	22.892	-
					(2.898)	(489)	41.937	-

- (i) A composição do saldo de investimento possui a adição de R\$ 14.301 referente parcela do ágio alocado e está sendo amortizado pelo prazo de 146 meses.
- (ii) A composição do saldo de equivalência patrimonial, é proporcional a data de aquisição da empresa e possui a adição de R\$ 198 referente a amortização do ágio alocado.
- (iii) A empresa não possui mais participação societária na investida no ano de 2021.

#### (b) Movimentação

	2021
Saldo no início do exercício	-
Aquisição de investimentos - Way2	7.444
Ágio (Parcela Alocada)	14.499
Ágio (Parcela não alocada - Goodwill)	22.892
Equivalência patrimonial	(2.700)
Amortização Ágio (Parcela Alocada)	(198)
Saldo no final do exercício	41.937

## 10 Imobilizado

### Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

### Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Empresa para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa realizou os devidos testes de *impairment* e não identificou indícios de *impairment*.

### (a) Composição e movimentação

						2021	2020
	Terras e terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	8.627	1.294	2.046	1.886	21.430	35.283	35.873
Depreciação acumulada	-	(863)	(307)	(1.101)	-	(2.271)	(1.629)
Saldo líquido	8.627	431	1.739	785	21.430	33.012	34.244
Adições	-	-	-	-	844	844	1.074
Depreciação	-	(51)	(205)	(376)	-	(632)	(642)
Transferências (i)	(8.627)	-	-	-	7.919	(708)	(1.664)
Saldo final	-	380	1.534	409	30.193	32.516	33.012
Custo	-	1.294	2.046	1.886	30.193	35.419	35.283
Depreciação acumulada	-	(914)	(512)	(1.477)	-	(2.903)	(2.271)
Saldo líquido no final do exercício	-	380	1.534	409	30.193	32.516	33.012
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	10	20			

(i) Transferências realizadas da classe de "Terras e terrenos" para a classe "Obras em andamento", se referem as propriedades vinculadas ao Projeto Corumbá, ainda em execução. Há ainda uma parte vinculada ao projeto relativa a Softwares, que foram transferidos para o Intangível da empresa.

### (b) Obras em andamento

	2021	2020
Projeto Corumbá - GO (i)	29.903	20.720
Projetos de tecnologia da informação	290	710
	30.193	21.430

(i) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a Empresa venceu a disputa de 11 PCHs. As 11 PCHs totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada.

## 11 Intangível

### Política contábil

#### Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

#### (a) Composição e movimentação

	<i>Softwares</i>	
	2021	2020
Saldo no início do exercício		
Custo	5.977	4.313
Amortização acumulada	(3.558)	(1.922)
Saldo líquido	2.419	2.391
Amortização	(1.337)	(1.636)
Transferências (i)	708	1.664
Saldo final	1.790	2.419
Custo	6.685	5.977
Amortização acumulada	(4.895)	(3.558)
Saldo líquido no final do exercício	1.790	2.419
Taxa média anual de amortização - %	20	20

(i) Transferências advindas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado.

## 12 Arrendamentos

#### (a) Direito de uso sobre contratos de arrendamentos

	2021		2020	
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	4.783	422	5.205	6.567
Amortização acumulada	(3.391)	(260)	(3.651)	(2.497)
Saldo líquido	1.392	162	1.554	4.070
Amortização	(1.025)	(120)	(1.145)	(1.154)
Baixa	-	(18)	(18)	(1.362)
Saldo final	367	24	391	1.554
Custo	4.783	404	5.187	5.205
Amortização acumulada	(4.416)	(380)	(4.796)	(3.651)
Saldo líquido no final do exercício	367	24	391	1.554

**(b) Arrendamentos**

	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.678	4.177
Liquidações	(1.389)	(1.400)
Baixa	(20)	(1.362)
Ajuste a valor presente (i)	108	263
Saldo no final do exercício	377	1.678
Circulante	377	1.401
Não circulante	-	277
	377	1.678

(i) Considerando a média da taxa de juros incremental, o custo médio das obrigações é de 7,70% a.a.

**(c) Perfil de vencimento**

Os contratos de arrendamento possuem a sua total exigibilidade no exercício de 2022, pelo fato da finalização dos contratos e devido a isto estão classificados no passivo circulante.

**13 Fornecedores**

	Nota	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda		258.656	292.423
Fornecedores nacionais		53.720	26.262
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	7	62.044	53.421
		374.420	372.106

**14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos****Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que

valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL**

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(72.689)	(2.746)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	24.717	934
Equivalência patrimonial	(985)	(166)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(21.905)	(20.818)
Outras adições permanentes, líquidas	(1.213)	(655)
IRPJ e CSLL apurados	614	(20.705)
Correntes	(4)	(370)
Diferidos	611	(20.335)
IRPJ e CSLL no resultado	607	(20.705)
Taxa efetiva %	(0,84%)	754,01%

**(b) Composição dos saldos de impostos diferidos**

	2021	2020
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)	-	3.646
Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas	662	460
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	679
Provisão para remuneração variável	8.684	8.010
Contratos futuros de energia	(15.978)	(19.684)
Outros créditos	370	84
Ágio - (Parcela Alocada)	(4.862)	-
Impostos diferidos líquidos	(11.124)	(6.805)
Impostos diferidos ativos líquidos	-	-
Impostos diferidos passivos líquidos	(11.124)	(6.805)

- (i) A empresa possui o montante de R\$ 42.028, relativos a créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa sobre os quais não foram constituídos ativo diferido.

**(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos**

	2021	2020
Saldo passivo no início do exercício	(6.805)	13.530
Efeitos no resultado		
Reversão de provisões de Diferido do período	543	(20.335)
Reversão de diferido sobre Amortização de Ágio (Parcela Alocada)	68	-
Efeitos em investimento		
Constituição de diferido sobre Ágio - (Parcela Alocada)	(4.930)	-
Saldo passivo no final do exercício	(11.124)	(6.805)

**15 Provisões**

**Política contábil**

A Empresa tem envolvimento em processos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em “Provisões”. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante, quando aplicável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

**(a) Composição e movimentação**

	Tributário	Trabalhistas	Civil	2021	2020
Saldo no início do exercício	-	1.268	45	1.313	1.325
Atualização monetária	-	81	14	95	38
Adição	111	204	294	609	-
Depósitos Judiciais	-	(2)	-	(2)	(42)
Liquidações	(111)	-	-	(111)	(8)
Saldo no final do exercício (i)	-	1.551	353	1.904	1.313

(i) Em 2020, os valores registrados referem-se a processos judiciais de natureza trabalhista.

**(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

No exercício em 31 de dezembro de 2021, a empresa possui uma ação judicial, de matéria cível, com risco possível, no montante de R\$ 348.

## 16 Incentivo de longo prazo

O Incentivo de Longo Prazo é um instrumento de remuneração variável baseado em uma projeção estratégica de rentabilidade, segregado em duas modalidades (50% em cada):

- ILP Ordinário: baseado no tempo de permanência do executivo na Empresa.
- ILP Complementar: baseado no tempo de permanência do executivo e desempenho da Empresa.

O ILP Ordinário é corrigido pelo atingimento do Total Shareholder Return (TSR) nominal (incluindo inflação) de 5 anos. Já o ILP Complementar é corrigido pelo atingimento do TSR nominal (incluindo inflação) de 5 anos multiplicado pelo fator de performance (varia entre 0 e 100%). Para calcular este fator, é estabelecida a curva de performance, com a definição do TSR mínimo e alvo por Empresa, previamente aprovada pelo Conselho de Administração. O fator de performance é limitado a maior que 0% e menor que 100%, considerando o TSR alvo como teto.

A outorga ocorre no início de cada ano com período de resgate (vesting) de 5 (cinco) anos. O efetivo pagamento ocorrerá entre os meses de maio e agosto do ano seguinte ao encerramento de cada plano de 5 (cinco) anos.

	2021	2020
Saldo inicial	12.915	5.692
Provisão	7.863	8.380
Realização	(1.628)	(1.157)
Saldo final	19.150	12.915

## 17 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

É representado exclusivamente por quotas que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Empresa é de R\$ 164.383 representado por 16.438.442 quotas (R\$ 104.384 em 31 de dezembro de 2020 representado por 10.438.442 quotas).

### (b) Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são registrados diretamente no resultado da empresa, e são alocados no encerramento do exercício, como Reserva de incentivos fiscais, dentro de Reservas de lucro.

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia detém o montante de R\$ 4.232 em reservas de incentivos fiscais, não houve alocação de incentivos fiscais no exercício corrente e nem no exercício anterior (31 de dezembro de 2020).

### (c) Reserva de retenção de lucros

Foi realizado a absorção do prejuízo do exercício, utilizando todo o saldo da Reserva de Retenção de lucros, no montante de R\$ 29.857, não restando nenhum saldo residual desta reserva. O restante do resultado do exercício, no montante de R\$ 42.225, ficou alocado como prejuízos acumulados.

## 18 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da Empresa são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Empresa (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

As operações de compra e venda de energia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

	2021	2020
<b>Receita bruta</b>		
Venda de energia elétrica	3.061.912	3.093.064
Venda de serviços	7.215	2.238
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	1.390.576	899.435
	<u>4.459.703</u>	<u>3.994.737</u>
<b>Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções</b>		
PIS - Programa De Integração Social	(71.106)	(64.108)
COFINS - Contr. Financ.Seguridade Social	(326.820)	(295.280)
ICMS - Imp. S/Circul. de Merc. e Serv.	(89.514)	(87.233)
ISS - Imposto S/Serviços	(361)	(111)
	<u>(487.801)</u>	<u>(446.732)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>3.971.902</u>	<u>3.548.005</u>

As receitas da Empresa são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

## 19 Custos e despesas

	2021			
	Custo de compra de energia e operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
<b>Natureza dos custos e despesas</b>				
Suprimento de energia	(3.924.747)	-	-	(3.924.747)
Benefícios a empregados	-	(62.328)	-	(62.328)
Serviços de terceiros	-	(26.883)	-	(26.883)
Depreciação e amortização	-	(3.114)	-	(3.114)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.331)	-	(1.331)
Reversão de perda esperada (i)	-	-	1.998	1.998
Tecnologia e Comunicação	-	-	(784)	(784)
Impostos e taxas	-	(689)	-	(689)
Reconhecimento de contratos futuros de energia	-	-	13.275	13.275
Realização de contratos futuros de energia	-	-	(24.175)	(24.175)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(3.507)	(566)	(4.073)
	<u>(3.924.747)</u>	<u>(97.853)</u>	<u>(10.252)</u>	<u>(4.032.852)</u>

(i) Reversão de provisão de perda esperada com clientes (Nota 5).

	2020			
	Custo de compra de energia e operação	Despesas gerais e administrativas (Reapresentado)	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
<b>Natureza dos custos e despesas</b>				
Suprimento de energia	(3.537.946)	-	-	(3.537.946)
Benefícios a empregados	-	(57.455)	-	(57.455)
Serviços de terceiros	-	(21.140)	-	(21.140)
Depreciação e amortização	-	(3.432)	-	(3.432)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.292)	-	(1.292)
Impostos e taxas	-	(1.035)	-	(1.035)
Reconhecimento de contratos futuros de energia	-	-	93.637	93.637
Realização de contratos futuros de energia	-	-	(10.668)	(10.668)
Provisão de perda esperada	-	-	(1.998)	(1.998)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(3.523)	2.981	(542)
	<u>(3.537.946)</u>	<u>(87.877)</u>	<u>83.952</u>	<u>(3.541.871)</u>

**(a) Despesas de benefícios a empregados**

**Política contábil**

**Participação dos empregados no resultado**

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

	2021	2020
Remuneração direta	40.384	40.527
Encargos sociais	17.086	13.232
Benefícios	4.858	3.696
	<u>62.328</u>	<u>57.455</u>

**20 Resultado financeiro líquido**

**Política contábil**

**Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem substancialmente os valores de juros sobre obrigações com partes relacionadas, sobre aplicações financeiras e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 7)	692	7.552
Receita de aplicações financeiras	2.949	2.177
Atualização monetária sobre ativos	7.028	102
Outras receitas financeiras	180	13
	<u>10.849</u>	<u>9.844</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre receita diferida - obrigação por performance	-	(8.244)
Encargos sobre operações de descontos	(18.256)	(8.634)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(464)	(458)
Ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos	(108)	(263)
Outras despesas financeiras, líquidas	(862)	(636)
	<u>(19.690)</u>	<u>(18.235)</u>
	<u>(8.841)</u>	<u>(8.391)</u>

**21 Instrumento financeiro e gestão de risco**

**21.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Empresa estão expostas a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado; (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Empresa segue a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da VSA, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de energia e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

**(a) Risco de mercado**

A Empresa adota política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pelo Conselho de Administração da VGE, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços *spot* de energia, das projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

**(b) Risco de crédito**

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

Como critério preliminar de negociação, são realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Empresa

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 4.1. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

**(c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Empresa no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às Empresas *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Contratos futuros de energia	767.493	1.112.850	1.042.757	836.809	3.759.909
Arrendamentos (i)	795	-	-	-	795
Fornecedores	374.420	-	-	-	374.420
	<u>1.142.708</u>	<u>1.112.850</u>	<u>1.042.757</u>	<u>836.809</u>	<u>4.135.124</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>					
Contratos futuros de energia	604.502	1.224.312	-	-	1.828.814
Arrendamentos (i)	1.401	804	-	-	2.205
Fornecedores	372.106	-	-	-	372.106
	<u>978.009</u>	<u>1.225.116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.203.125</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

## 21.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

**Ativos financeiros** - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

**Passivos financeiros** - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

**Contratos futuros de energia** - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Empresa divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

**Nível 3** - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2, conforme tabela abaixo:

	Nota	Valor justo medido com base em					
		Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>							
Equivalente de caixa	4	32.830	67.173	-	-	32.830	67.173
Contratos futuros de energia	2.5 e 8	-	-	3.806.904	1.886.709	3.806.904	1.886.709
		32.830	67.173	3.806.904	1.886.709	3.839.734	1.953.882
<b>Passivo</b>							
Contratos futuros de energia	2.5 e 8	-	-	3.759.910	1.828.815	3.759.910	1.828.815

### 21.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e de contratos futuros de energia são (i) a exposição à flutuação das taxas de juros e (ii) a exposição dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Contratos futuros de energia	Unidade	Choque nas curvas de 2021	Cenário I Resultados do cenário I	Impactos no resultado			
						Cenários II & III			
						-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 9,15%	32.830		BRL mil	191 bps*	626	(751)	(1.502)	751	1.502
Contratos futuros de energia									
Contratos de compra e venda (Ativo)		3.806.904	BRL mil		(201.734)	50.433	100.867	(50.433)	(100.867)
Contratos de compra e venda (Passivo)		(3.759.910)	BRL mil		204.160	(51.040)	(102.080)	51.040	102.080

\* *basis points*

## 21.4 Instrumentos financeiros por categoria

### Política contábil

As compras e vendas normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os instrumentos não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no exercício em que ocorrem. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido, em "Ajuste de avaliação patrimonial" no exercício em que ocorrem.

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

A Empresa classifica seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

#### (a) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

#### (b) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### (c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>			
Ao custo amortizado			
Equivalentes de caixa (i)	5	32.830	67.173
Contas a receber de clientes	6	379.198	396.925
		<u>412.028</u>	<u>464.098</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Contratos futuros de energia	8	3.806.904	1.886.709
		<u>3.806.904</u>	<u>1.886.709</u>
<b>Passivo</b>			
Ao custo amortizado			
Fornecedores	14	374.420	372.106
Arrendamentos	12 (b)	377	1.678
		<u>374.797</u>	<u>373.784</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Contratos futuros de energia	8	3.759.910	1.828.814
		<u>3.759.910</u>	<u>1.828.814</u>

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

## 22 Benefícios de plano de pensão

A Empresa patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (“FUNSEJEM”), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Empresa.

## 23 Seguros

A Empresa mantém em vigor apólices de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), além de cobertura de seguros de Riscos Patrimoniais, com as coberturas, limites de indenização e prazos de vigência indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Limite máximo de indenização (LMI) - BRL Mil	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	761.000	até Maio/2022
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	50.000	até Fev/2022
D&O	Indenização aos Administradores, Reembolso ao Tomador, entre outras	150.000	até Abril/2022

## 24 Compromissos de longo prazo

A Empresa possui compromissos futuros firmados com os clientes e fornecedores, para compra e venda de energia elétrica, os contratos de compra e venda de energia se estendem até 2037.

	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Contratos futuros de energia	77.333	36.210	52.561	4.927	(113.019)	(11.018)	46.994
	<u>77.333</u>	<u>36.210</u>	<u>52.561</u>	<u>4.927</u>	<u>(113.019)</u>	<u>(11.018)</u>	<u>46.994</u>

**25 Eventos subsequentes**

**(a) Operação VTRM – Incorporação reversa VGE**

Em 03 de fevereiro de 2022, a VGE foi incorporada pela VTRM conforme previsto no processo de reestruturação societária da VTRM e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2022. Assim, a partir desta data, a VTRM passou a deter 100% de participação do capital social da Votener, correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão.

**(b) Aumento de capital social**

Em 08 de fevereiro de 2022, a VTRM (Nova acionista da empresa, conforme citado acima) aportou a totalidade de R\$ 55.300 na Votener, mediante aporte de 5.530, ações preferenciais.